

## Visão do Direito



Vanessa Ribeiro Mateus

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

## Sem formação contínua não há independência judicial

O sistema de Justiça passa por uma rápida transformação — marcada por disputas tecnológicas complexas e uma profusão de normas especializadas — que impõe à magistratura o seguinte desafio: cultivar a formação contínua, de modo a sustentar decisões robustas tecnicamente e manter um diálogo profícuo com a sociedade.

A independência judicial, para além da garantia constitucional, está firmada na autoridade técnica de quem julga. É imprescindível que juízes e juízas mantenham presença constante na vida académica e contribuam para a renovação do pensamento jurídico e para a construção de referenciais teóricos sólidos em um país que demanda respostas institucionais cada vez mais sofisticadas.

Nas últimas décadas, a intensidade do trabalho, o aumento das demandas e o ritmo crescente dos processos reduziram a possibilidade de docência e reflexão sistemática, acabando por distanciar a magistratura das universidades. Muitos profissionais afastaram-se da produção

intelectual — lacuna que empobrece o debate e restringe a difusão de experiências valiosas. Retomar essa ponte é dever de um Judiciário apto a influenciar a agenda pública em favor da eficácia da prestação jurisdicional.

A produção de conhecimento fortalece o Judiciário, porquanto uma magistratura intelectualmente ativa produz sentenças de maior qualidade, ao mesmo tempo em que colabora para melhorar políticas públicas em áreas sensíveis. A pesquisa jurídica, uma vez enraizada na vivência cotidiana das varas, câmaras e turmas, cria conexão com os cidadãos, qualifica discussões legislativas e oferece ao país diagnósticos precisos sobre assuntos relevantes, como segurança pública, proteção social e desenvolvimento econômico.

Por essa razão, a gestão que ora iniciamos na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) deverá liderar um esforço nacional para aproximar juízes dos cursos de pós-graduação, centros de pesquisa e ambientes de inovação jurídica, por meio de uma política de incentivo ao aperfeiçoamento académico, que, ao cabo,

ampliara a capacidade de formulação do Judiciário. A circulação do pensamento de juízas e juízes nos círculos universitários gerará um conhecimento aplicado, que vai ampliar horizontes interpretativos e estimular soluções mais refinadas para conflitos complexos.

A Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) oferece um exemplo ilustrativo de como esse movimento pode ser construído com método e resultados tangíveis. Em 2020, a entidade, então sob nossa gestão, concebeu um programa para reintroduzir juízes nessas trilhas de formação avançada. A iniciativa instituiu parcerias, alinhou calendários, abriu portas e redesenhou caminhos, com convênios que inseriram dezenas de colegas em mestrados e doutorados, cujos desdobramentos, afora a confecção de teses e dissertações, incluem a publicação de livros e coletâneas.

Essas iniciativas demonstram que a formação avançada deixa de ser um projeto individual e se converte em política estruturante. O que ocorreu em São Paulo é um laboratório

bem-sucedido do que pode ser adaptado, ampliado e coordenado nacionalmente. A AMB tem abrangência representativa, capilaridade federativa e credibilidade institucional suficientes para articular universidades públicas e privadas, incentivar grupos de pesquisa e promover intercâmbios académicos que espelhem a diversidade regional da magistratura.

É importante que os magistrados retomem o lugar de protagonismo na discussão doutrinária — espaço de onde nunca deveriam ter saído. É importante que participem da formação dos novos profissionais do direito, para que os graduandos conheçam a magistratura de forma efetiva e, assim, possamos continuar atraindo os melhores quadros.

Ao apoiar a presença de juízas e juízes na vida académica, a AMB reafirma sua missão histórica. A autoridade intelectual é parte indissociável da autoridade democrática — e uma magistratura que pensa, pesquisa e publica constrói um Judiciário mais efetivo, mais respeitado e mais preparado para os desafios do nosso tempo.

## Visão do Direito



Celeste Leite dos Santos

Promotora de Justiça em Último Grau do Colégio Recursal do Ministério Público (MP) de São Paulo; doutora em direito civil

## EUA x Venezuela: os limites entre o direito à guerra e o combate ao crime organizado

O combate ao crime organizado transnacional é, sem dúvida, prioridade mundial. Cartéis de drogas, redes de tráfico e facções impõem violência, geram instabilidade e causam sofrimento à sociedade. No entanto, quando governos decidem enfrentar tais redes por meio de operações militares deflagradas em outros Estados, esbarramos, flagrantemente, em fronteiras jurídicas delineadas ao longo de décadas de luta e de intensos debates internacionais.

O recente ataque dos Estados Unidos à Venezuela, com a captura de seu presidente, Nicolás Maduro (Partido Socialista Unido da Venezuela), e de sua esposa, Cilia Flores, sob a justificativa de conter o narcotráfico, evidencia os riscos latentes em se misturar crime organizado com o uso (imperialista) de força militar.

Nesse contexto, é essencial recordar os princípios do direito à guerra, especialmente

no que tange à distinção entre jus ad bellum (direito de recorrer ao confronto armado) e jus in bello (normas de condução das hostilidades). O Artigo 2 (4) da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que nenhum Estado pode usar de força contra a integridade territorial ou a soberania de outro país, exceto em legítima defesa ou com a autorização do Conselho de Segurança da entidade intergovernamental.

No plano do jus in bello, normas como o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, de 1977, determinam que, mesmo em operações militares, devem ser respeitados os princípios de proporcionalidade, de distinção e de necessidade de intervenção das forças armadas. Isso significa que civis não podem ser alvos, danos excessivos devem ser evitados e qualquer operação precisa ter propósito legítimo institucional — jamais ser balizado por interesse privado ou estritamente político e/ou ideológico.

Atacar líderes estrangeiros sob a alegação de combate a cartéis transnacionais, sem consentimento do Estado, viola os princípios em tela, uma vez que mistura objetivos criminais com ação militar. Além do mais, o perigo se intensifica quando se considera a possibilidade de expansão de tais medidas para outras nações da América Latina, vulgarizando-se, assim, as invasões territoriais, o sequestro de chefes de Estado e a apropriação de riquezas.

Como, então, enfrentar o crime organizado, sem violar normas do direito internacional e regimentos humanitários? A resposta está na cooperação e na inteligência. Países podem trabalhar juntos, trocar informações, apoiar investigações e prender criminosos lançando mão de seus próprios sistemas legais. Sanções econômicas, bloqueios de recursos utilizados por facções e acordos de extradição se mostram, também, eficazes.

Fortalecer Tribunais, capacitar agentes e garantir que as leis sejam aplicadas de forma

justa são, ao meu ver, medidas mais seguras e duradouras, do que ocupar outra nação — podendo abrir, inclusive, precedente perigoso quanto à autonomia e à independência das federações.

Em paralelo, atacar a corrupção, proteger instituições e criar oportunidades sociais e econômicas reduzem o espaço para que cartéis e gangues prosperem. Educação, emprego e programas de prevenção são igualmente importantes quanto ações de repressão.

A solução, portanto, penso, está no equilíbrio: agir nas barras da Justiça, com cooperação e planejamento, respeitando tratados internacionais, em vez de se recorrer à força unilateral. Insisto: ignorar limites coloca em risco a segurança de um país, os direitos humanos e a própria credibilidade de qualquer administração que se proponha a combater o crime de forma legítima — independentemente de sua localização geográfica e se o governo é de direita ou de esquerda, democrata ou socialista.